



Comissão Mista destinada a dar parecer à Medida Provisória nº 772 de 2017

REQUERIMENTO Nº _____, de 2017.
(Do Sr. João Daniel)

Requerer a realização de Audiência Pública para debater o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA, publicada por meio do Decreto Nº 9.013/2017.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, em especial aos arts. 255 e 256, a realização de Audiência Pública, com os convidados abaixo relacionados, a fim de debater o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA, publicada por meio do Decreto Nº 9.013/2017:

- Exmo. Sr. Luis Eduardo Pacifici Rangel – Secretário de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA;
- Exmo. Sr. José Ricardo Ramos Roseno - Secretário Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, da Casa Civil;
- Sr. Luiz Ademir Possamai – Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
- Representante da Rede Brasil de Orgânicos
- Representante da Rede Ecovida
- Representante da CONTAG
- Representante da CONTRAF
- Representante da Via Campesina
- Representante do SEBRAE
- Representante da OCB

JUSTIFICATIVA

A regulamentação do novo RIISPOA, realizado por meio do Decreto Nº 9.013/2017, publicado no dia 29 de março, estabelece um novo marco regulatório na inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, revogando todas as legislações anteriores, algumas com mais de 60 anos.





Esta medida, fundamental para a qualidade e a segurança dos produtos comercializados de origem animal, oriundos da produção agropecuária, está relacionado com algumas das mais importantes cadeias produtivas do rural brasileiro, e seguramente, envolvem milhões de pessoas.

É fundamental que este tema seja objeto de um debate nesta Comissão, com pessoas de notório saber no assunto, de representantes do setor governamental e, fundamentalmente, dos agricultores familiares, por estarem em grande medida, integrados ao mercado e às cadeias produtivas.

Por isto, entendemos que este debate será muito esclarecer, para possibilitar um nivelamento de informações e os efeitos do novo regramento.

Contamos com o apoio dos nobres pares nesta Comissão.

Sala da Comissão, em de maio de 2017.

João Daniel
Deputado Federal PT/SE



CD/17860.71545-97